

Transporte de energia de grandes usinas preocupa agentes

Projetos estruturantes, como Rio Madeira e Belo Monte, podem gerar impacto nos custos de transmissão, avaliam associações

Gisele de Oliveira, Fábio Couto e Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

16/03/2006

O plano do governo em concentrar a expansão da geração do setor elétrico em projetos estruturantes, como Rio Madeira e Belo Monte, preocupa os agentes. A principal apreensão é com o custo do transporte que esses projetos oferecerão e, em consequência, o impacto para o consumidor final. As grandes usinas foram incluídas no Plano Decenal 2006-2015, apresentado pelo governo nesta semana. A primeira fase de Belo Monte (5,5 mil MW), prevista para 2013; mais as usinas de Santo Antonio (3.150 MW) e de Jirau (3,3 mil MW), previstas para até 2012, representam 30% do total proposto pelo governo a ser expandido, da ordem de 40 mil MW.

Na avaliação de **Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica**, o cenário que se traça é crítico e pode colocar o país em uma situação de risco nos próximos anos, se o governo insistir com algumas políticas. "Jogar todo o peso da expansão em grandes usinas, como Rio Madeira, é preocupante. Não vejo esses empreendimentos como a solução mais viável para a sociedade", observou Sales. No caso de Rio Madeira, por exemplo, o executivo disse que o empreendimento apresenta graves problemas e sugeriu a implantação de outros projetos já licitados e com licença ambiental, mas que ainda não foram viabilizados devido à forma como o governo tem tratado o tema. Atualmente, existem 13 projetos neste tipo de situação, que somam 6 mil MW de capacidade instalada.

O executivo ressaltou que uma usina como esta não é atrativa para o investidor privado, pelas questões ambientais que o empreendimento apresenta e pelo próprio custo financeiro. Deixar este tipo de projeto na mão do governo também não foi apontada como a melhor solução pelo presidente da **CBIEE**. Isto porque, lembrou ele, praticamente todos os projetos de grande porte tocados pelo governo tiveram seus prazos e custos estourados ao previstos anteriormente.

Assim como **Claudio Sales, da CBIEE**, o presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, Lindolfo Paixão, acredita que esses projetos não serão concluídos no prazo original previsto. "São empreendimentos caros e de difícil construção", comentou. Além disso, disse o executivo, ainda não se conhece, de fato, o custo que essas obras terão para o consumidor. Para ele, além de planejar a expansão do setor, o governo precisa colocar na pauta de discussões o impacto para o consumidor. "Não adianta discutir qual a melhor fonte energética para o país. Primeiro, tem que se ver onde o consumidor pode ser afetado com determinadas políticas", observou Paixão.

Transporte - Falando em impactos ao consumidor, os agentes ressaltaram o custo do transporte com a implantação de grandes usinas. O ônus, na visão dos agentes, haverá e poderá ser alto. Para o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica, Paulo Pedrosa, a melhor solução é distribuir os custos entre os consumidores atendidos com a energia produzida de determinados empreendimentos. Assim, se a região Sudeste/Centro-Oeste receber a energia produzida por Belo Monte, por exemplo, somente os consumidores deste submercado sentiriam o impacto deste custo.

Já Luiz Fernando Vianna, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, sugeriu que o valor relativo ao custo com o transporte seja embutido no preço da energia, e não na Tust. Mesmo com a preocupação de quanto os projetos estruturantes impactarão no custo do transporte, Vianna disse que as grandes usinas são necessárias para o país. "Sem empreendimentos como o do Rio Madeira e Belo Monte, o balanço energético não fecha, ou seja, faltará energia", avaliou o executivo. Para o secretário-executivo da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, uma saída para minimizar esses custos seria focar o Plano Decenal na diversificação da matriz energética e sugeriu uma maior participação do carvão mineral.

Zancan considerou tímida a participação da fonte no plano apresentado pelo governo. Pelo Plano Decenal, a expectativa do trabalho é que 1050 MW entrem no sistema até 2010, sendo Candiota III e Jacuí, com 700 MW, e mais 350 MW de uma usina indicativa no Sul. "O governo apostou em grande obras para expandir a oferta de energia no país, sem um plano B, caso esses projetos não aconteçam", apontou. O executivo lembrou que os projetos de Seival e CTSul, no Rio Grande do Sul, têm capacidade de mais 1 mil MW para entrarem no sistema, mas não foram contemplados no plano. Na avaliação de Zancan, estas usinas já estão preparadas para participar de leilões. "No segmento térmico, o governo apostou no gás natural, que já mostrou não ser de grande confiança. Tenho dúvidas se teremos gás para todos esses projetos", comparou o secretário da ABCM.

Investimentos - O volume de investimentos também preocupa os agentes do setor. O Plano Decenal 2006-2015 trabalha com investimentos na expansão da geração da ordem de US\$ 40 bilhões. Na visão de **Claudio Sales, da CBIEE**, o discurso para atrair o investidor privado não está coerente com a prática adotada pelo governo. "As regras impostas não atraem o investidor privado. Prova disso é que o leilão de energia nova só contou com a participação de 30% da iniciativa privada", comentou. Ele lembrou que, na época do leilão, apenas uma usina, a de Baguari, foi viabilizada em parceria com a iniciativa privada. Todas as outras foram arrematadas por estatais ou empresas de engenharia, que não têm capacidade de alavancar recursos suficientes para atender projetos deste porte.

Sales ressaltou que muitas empresas declararam seu interesse antes da realização do leilão, buscando formas de captação de recursos para estes empreendimentos, mas as regras acabaram por inviabilizar esse interesse. Por outro lado, as estatais não possuem capital suficiente para financiar a expansão do setor sozinhas; precisam de recursos privados para tocar essas obras. "Diante de um cenário tão nebuloso como este, fica difícil ver uma luz no fim do túnel", desabafou Sales.

Já na visão do governo, os projetos estruturantes têm grandes chances de serem viabilizados. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, contou à **Agência CanalEnergia** que todos os projetos a serem licitados contarão com um pacote de financiamento para os vencedores, assim como foi feito no primeiro leilão de energia nova. "No leilão passado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ofereceu um pacote de financiamento muito atrativo para quem ganhasse. Queremos o mesmo para todos os leilões", disse.

Tolmasquim afirmou ainda que todas as usinas tiveram avaliação ambiental antes de serem inseridas no plano. O resultado, segundo ele, mostrou que todas foram consideradas de baixo nível de incerteza, incluindo o complexo do Rio Madeira e Belo Monte. No caso de Rio Madeira, o executivo explicou que a usina não atinge nenhuma área indígena e o nível de alagamento é de 0,08 quilômetro quadrado para cada MW produzido. Hoje, continuou, a média das usinas existentes é de 0,52 quilômetro quadrado para cada MW gerado. "O estudo ambiental foi muito bem recebido pelo órgão ambiental e todo o acompanhamento que temos feito indica que a licença sairá".

Belo Monte também foi considerada de baixíssimo impacto ambiental pelo executivo. De acordo com ele, pelo projeto, o projeto aponta para uma usina praticamente a fio d'água. A expectativa é que a hidrelétrica possa ficar pronta até o prazo dado, de 2014, mas Tolmasquim acredita que, até antes desse prazo, a usina pode estar viabilizada